Jornal da Economia

Moody´s vê gastos do Brasil com juros em maior patamar em 7 anos

A alta da Selic deve elevar as despesas do governo brasileiro com juros ao maior patamar desde 2015 neste ano, apontou a agência de classificação de risco Moody´s, destacando que o movimento representa um risco ao esforço de consolidação fiscal do país.

Em relatório divulgado nesta quarta-feira (16), a Moody´s destacou como outros obstáculos as propostas em tramitação no Congresso para reduzir a tributação de combustíveis e incertezas macroeconômicas no ano eleitoral.

"A elevada participação no Brasil da dívida atrelada a taxas flutuantes contribui para a suscetibilidade da carga da dívida a aumentos de taxas", disse a Moody´s, destacando que essa parcela está hoje em 39% do total da dívida mobiliária interna, ante 29% em 2016.

Ao comentar as propostas para redução da tributação sobre combustíveis, a Moody´s afirmou que a aprovação de uma medida nesse sentido sem a devida compensação vai prejudicar o ímpeto recente de alta da arrecadação.

"Ao mesmo tempo, as crescentes incertezas em torno da política fiscal e das perspectivas macroeconômicas gerais do Brasil antes das eleições de outubro de 2022 estão prejudicando o ânimo dos investidores, afetando negativamente a confiança do mercado e levando a um aumento dos prêmios de risco", disse a Moody´s, ressaltando que as expectativas de inflação seguem elevadas e as projeções para o crescimento em 2022 e 2023 sofreram revisões expressivas para baixo.

A Moody's atribui ao Brasil classificação de nota de crédito soberano de longo prazo em moeda estrangeira em "Ba2", dois níveis abaixo do "rating" mínimo para ser considerado grau de investimento – selo de bom pagador. A agência retirou o grau de investimento do Brasil em 2016.

As agências Fitch e S&P colocam o Brasil em "BB-", também considerado grau especulativo.

Bancos brasileiros têm lucro recorde em pior ano da pandemia

Os quatro maiores bancos do país listados na Bolsa de Valores lucraram juntos R$ 81,6 bilhões.

O ano de 2021 ficou marcado na história do país como o mais mortal da pandemia. Mais de 424 mil pessoas morreram de covid-19, doença que forçou brasileiros a entrarem em isolamento social e deteriorou indicadores da economia do país.

O ano passado, entretanto, também foi um período de lucros recordes para bancos. Só as quatro maiores instituições financeiras com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander – lucraram juntas R$ 81,6 bilhões.

O valor é o maior já registrado pela empresa Economatica, que acompanha os resultados contábeis dessas instituições financeiras há 15 anos.

Dados tabulados pela Economatica apontam que o lucro somado dos quatro grandes bancos cresceu 32,5% de 2020 para 2021. Já de novembro de 2020 a novembro de 2021, a renda do trabalhador caiu 11,4%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo instituto, o trabalhador brasileiro recebia R$ 2.444 por mês até novembro de 2021. Esse é o menor valor já registrado pelo IBGE, que levanta o dado desde 2012.

Recordes individuais

Dos quatro bancos listados no estudo da Economatica, três deles – Banco do Brasil, Bradesco e Itaú – tiveram lucros individuais recordes.

O Itaú, maior banco do país, foi também o que mais lucrou em 2021: R$ 26,9 bilhões, já descontados os impostos. O maior lucro da história da empresa é 45% maior do que o registrado por ela mesma em 2020.

O Bradesco lucrou R$ 26,2 bilhões em 2021, 34,7% a mais que em 2020. Já o Banco do Brasil, controlado pelo governo, lucrou R$ 21 bilhões, 51,4% a mais do que no ano anterior.